



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 30

QUINTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	857
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	867
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	868
EDITAL E AVISOS .....	876

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

PORTARIA DE 05 DE FEVEREIRO DE 1991

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 012861-9,

**R E S O L V E** conceder aposentadoria, nos termos do artigo 40, item III, alínea a, da Constituição Federal à funcionária CÉLIA LARA, Taquígrafo Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-022, Referência NS-25, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, observado o artigo 2º da Lei nº 7753, de 14 de abril de 1989.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA

### Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

AR 1.318-2 - DF

Autor: Symeon Constantin Messinis (Adv. Alberto Pavie Ribeiro). Réu: Vassiliki Symeon Messinis (Adv. Israel José da Cruz Santana e outra).

Na petição SC-STF 25268, em que o Dr. Alberto Pavie Ribeiro requer vista dos autos, foi exarado o seguinte:

**Despacho:** J. Defiro, abrindo-se vista por cinco dias.

Brasília, 1º de fevereiro de 1991.

Ministro ALDIR PASSARINHO  
Relator

"Em consequência fica aberta vista dos autos ao advogado supracitado."

SE 4.140-5 - Estados Unidos da América

Repte.: Izabel da Silva (Adv. Sebastião Gualtemar Soares e outros). Reqdo.: Sidney Luis Gobi.

**Despacho:** Nomeio Curador Especial o Dr. Carlos Robichez Penna, a quem se dará vista dos autos pelo prazo de 15 dias.

Brasília, 04 de fevereiro de 1991.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica aberta vista dos autos ao advogado supracitado."

SE nº 4.225-8 - Estados Unidos da América

Repte.: Vêra Levy Amato (Adv. Ignacia Rocha da Fonseca); Reqdo.: Mauro Ribiero Amato.

**Despacho:** Expeça-se a Carta de Sentença com observância do que dispõem o art. 349 do Regimento Interno e o art. 590 do Código de Processo Civil.

Brasília, 02 de fevereiro de 1991.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica intimada a requerente a providenciar a extração da Carta de Sentença."

SE 4.340-8 - Estados Unidos Mexicanos

Repte.: Ricardo Ferretti ou Ricardo Ferretti de Oliveira (Adv. Claudio Leuzinger e outros). Reqda.: Sandra Regina Freitas Telles.

**Despacho:** Nomeio Curador Especial a Drª Marisa Shützer Del Nero Poletti a quem se dará vista dos autos pelo prazo de 15 dias.

Brasília, 04 de fevereiro de 1991.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica aberta vista dos autos à advogada supracitada."

SE nº 4.341-6 - República da Bolívia

Repte.: Ricardo Roca Ávila (Adv. Maria José Dinardi Bachiega e outra); Reqda.: Ana Elisa Mejía Añez.

**Despacho:** Expeça-se a Carta de Sentença com observância do que dispõem o art. 349 do Regimento Interno e o art. 590 do Código de Processo Civil.

Brasília, 02 de fevereiro de 1991.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica intimado o requerente a providenciar a extração da Carta de Sentença."

SS nº 276-7 - Mato Grosso

Repte.: Prefeitura Municipal de Araputanga (Adv.: Mayr Godoy). Reqdo.: Relator do MS nº 2.424, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

**DESPACHO:** - Vistos. O Município de Araputanga, MT, com apoio no art. 49, da Lei nº 4.348/1964, requer a suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator no Mandado de Segurança nº 2.424, do colendo Tribunal de Justiça do Mato Grosso, em que impetrante Metro 3 - Construção e Incorporação Ltda., contra o MM. Juiz de Direito da comarca de Mirassol D'Oeste, "que deferira notificação requerida, cautelarmente, pelo Município Suplicante", "para revogação das procurações outorgadas" à impetrante, a fim de "receber diretamente na fonte, ao arrepio da Lei nº 4.320, de 17.03.64", "parte da parcela do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e dos Impostos de Renda e Produtos Industrializados, distribuídos pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM (arts. 158 e 159 da Constituição), contra a expressa vedação constitucional" (Constituição, art. 167, IV —



"vinculação de impostos" a despesa determinada). Alega que "quer evitar grave lesão à economia pública municipal", que, nesta difícil situação, tem 30% da sua receita de impostos do ICMS e FPM levantada na fonte, contra a Constituição e em prejuízo dos demais credores, inclusive, de precatórios judiciais, em inconcebível privilégio, constitucionalmente vedado, ferindo o princípio da isonomia" (fls.3).

2. Em seu parecer, a Procuradoria-Geral da República opina pelo indeferimento da súlica.

3. É de observar, por primeiro, que as procurações cuja revogação é pretendida, acima mencionadas, resultaram da cláusula XII do contrato firmado entre as partes, com base na Lei Municipal nº 58, de 11.06.1987, que dispõe: "Os recursos financeiros necessários ao pagamento dos custos dos serviços e obras serão cobertos mediante outorga de Procurações de vínculo de 30% (trinta por cento) das cotas partes do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) pertencentes ao Município de Araputanga - MT (fls.6)". Não cabendo, em suspensão de segurança, analisar o mérito da impetração ou da controvérsia, certo está que, na espécie, não parece, desde logo, ter como configurada a ameaça de lesão grave à economia pública do Município requerente.

4. Anotou, com inteira razão, na espécie, a Procuradoria-Geral da República, em seu parecer, às fls. 52, verbis:

"Não merece deferimento, a nosso ver, o presente pedido de suspensão de segurança.

A contratação das obras e a vinculação das quotas-partes do ICM e do FPM ao pagamento correspondente foram precedidas de lei autorizativa municipal (Lei nº 58, de 11.06.87, fls.21-22).

Esses levantamentos mensais vêm sendo realizados desde agosto de 1987, pois as procurações, com vigência imediata, foram outorgadas em 04.08.87, devendo expirar-se, improrrogavelmente, em julho do próximo ano, ou mesmo antes, se as liberações atingirem montante suficiente para a extinção dos créditos da empresa".

Noutro passo, depois de transcrever o teor da cláusula XII do contrato celebrado entre as partes, suso referida, acrescenta o dito parecer (fls.52/53):

"Não está demonstrado nos autos que essa vinculação esteja a comprometer a realização de serviços públicos essenciais ou o pagamento pontual do funcionalismo. A própria limitação do montante dos recursos vinculados ao pagamento e o tempo já decorrido desde o início dos levantamentos já estão a excluir a hipótese de perigo imediato de grave lesão à economia pública, a justificar a medida excepcional da suspensão de segurança.

Pelo contrário, a suspensão dos levantamentos, se teria o efeito imediato de liberar recursos municipais, em momento posterior certamente agravaria a situação financeira do Município, pela elevação dos débitos decorrentes de juros, correção monetária e despesas de cobrança.

Os precedentes do Supremo Tribunal Federal, em situações mais assemelhadas às circunstâncias de fato relativas ao caso sob julgamento, não abonam a pretensão do requerente. Na Suspensão de Segurança nº 173/PE, que tinha por finalidade a liberação de recursos municipais, retidos para pagamento de prestações relativas a financiamentos de obras públicas, o eminente Ministro Moreira Alves, indeferiu o pedido, porque não restara demonstrada a existência de ameaça atual de lesão aos valores jurídicos protegidos no art.297 do Regimento Interno (DJ de 13.10.86, p. 19.106-7). Na Suspensão de Segurança nº 183/RS, indeferiu-se pedido semelhante, porque também não demonstrado que os levantamentos geravam danos à economia pública municipal (DJ de 29.06.87, p. 13.417)".

5. Acolhendo esses fundamentos, por não caracterizada, no caso concreto, desde logo, ameaça de grave dano à economia pública, indefiro o pedido de suspensão dos efeitos da liminar, devendo o mérito da controvérsia ser apreciado no julgamento do mandado de segurança.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 1990.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA  
Presidente

SS nº 287-2/260 - SP

Reqte.: Prefeitura Municipal de Itanhaém (Advs.: Albertyno de Almeida Baptista). Reqdo.: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Imppte.: Banco do Estado de São Paulo S/A.

**DESPACHO:** - Vistos. A Prefeitura Municipal de Itanhaém, SP, requer suspensão dos efeitos de liminar concedida pelo Desembargador 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, no Mandado de Segurança nº 133.886-1, impetrado pelo Banco do Estado de São Paulo, contra decisão do Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara, da comarca de Itanhaém, em medida cautelar, que determinara a liberação das importâncias retidas a título de cobrança do IOF sobre as aplicações decorrentes da arrecadação de tributos. Alega, com base no art. 4º da Lei nº 4.348/1964, ameaça de grave dano à economia pública, sustentando que o Município goza de imunidade tributária, não podendo, assim, ficar sujeito à incidência do IOF, na hipótese referida. Invoca o art. 150, VI, letra "a", da Constituição Federal, entendendo que a Lei nº 8.033/1990 e a Instrução Normativa nº 62/90 não conduzem à tributação pretendida. No Mandado de Segurança, o Banco alega a incidência, no caso, do art. 150, § 3º, da Lei Magna, bem assim a inviabilidade de concessão de liminar, em cautelar, diante do disposto na Medida Provisória nº 182/1990.

2. A competência para conhecer da súlica é da Presidência do STF, por versar o mandado de segurança, em sua fundamentação, tema constitucional.

3. A hipótese dos autos é idêntica ao pedido constante das Suspensões de Segurança nºs 288 e 289, do interesse do mesmo Município, que indeferi, em despacho desta data.

4. Na mesma linha de compreensão, não cabe acolher a súlica inicial.

Em seu parecer, referindo-se ao caso semelhante, na Suspensão de Segurança nº 283-0/260, em que requerente o Município de Santos, o Dr. Procurador-Geral da República observou (fls. 72):

"5. Abstrai da qualquer consideração sobre o mérito da ação proposta pela Prefeitura Municipal de Santos, há de se ater o Ministério Público ao exame dos pressupostos legais atinentes à suspensão de execução da liminar deferida no mandado de segurança impetrado pela instituição financeira: grave lesão à ordem e à economia públicas.

6. Não parece suficientemente caracterizado o grave dano a legado pela requerente.

O dinheiro retido a título de pagamento de imposto não se refere à renda pública municipal, oriunda de arrecadação de impostos, mas a rendimentos auferidos em aplicações financeiras feitas pela Prefeitura.

A discussão sobre a licitude da retenção dependerá da exegese do § 3º do artigo 150 da Constituição, mas, de plano, não se pode afirmar a ocorrência de grave dano à economia pública municipal, quando o dinheiro retido não se refere à renda pública, mas a rendimentos resultantes da apreciação desta".

Releva notar que, em se cuidando de suspensão de segurança, não há discutir o mérito das questões jurídicas postas no mandado de segurança, nem se estariam ou não presentes os requisitos do art. 7º, II, da Lei nº 1.533/51. Cumpre, aqui, apenas, indicar a configuração de qualquer das hipóteses do art. 4º da Lei nº 4.348/1964. Tal qual referi nos precedentes indicados, também aqui não se demonstrou a ameaça de grave dano à economia pública, não existindo, na inicial, sequer, menção aos valores, descontados a título do IOF pela instituição financeira.

É de ter presente, ainda, o que o Dr. Procurador-Geral da República anotou, em seu parecer, às fls. 73, verbis:

"7. Por outro lado, a decisão liminar na ação cautelar, embora inexistente nestes autos, só pode ter sido prolatada entre os dias 26 de abril de 1990 (data da petição inicial) e o dia 02 de maio de 1990 (data do ajuizamento do mandado de segurança). Período em que vigorava a Medida Provisória nº 182,



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF

Telefones: (PABX) (061) 321-5566 Telex: (061) 1356 DIMN BR

Fax: (061) 225-2046

CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.



AGRAVO DE PETIÇÃO

- TRT/AP/495/90 - Santa Therezinha Atacadista de Alimentos Ltda X José Edilson dos Santos Alves.  
496/90 - Conservadora Mundial Ltda X João Laurentino (2vls)

AÇÃO RESCISÓRIA

- TRT/AR/024/89 - Leniza Teodora Guimarães Teixeira e Outros X Organização de Saúde do Estado de Goiás-OSEGO.

DISSÍDIO COLETIVO

- TRT/DC/135/90 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Brasília-DF X Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Distrito Federal.

LOTE Nº 03 COM 25 PROCESSOS

A PROCURADOR DRª LUCINEA ALVES OCAMPOS

RECURSO ORDINÁRIO

- TRT/RO/5419/90 - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-INAMPS X Célia Finotti e Outros.  
5424/90 - Instituto Nacional de Seguro Social - INSS X Maria de Fátima Barbosa Jorge e Outros.  
5429/90 - 4ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Maria de Campos Baptista contra Organização de Saúde do Estado de Goiás-OSEGO) X Maria de Campos Baptista  
5430/90 - Instituto Nacional de Previdência Social-INPS X Leonor Alves de Castro Ferreira e Maria Laura da Silva Pinheiro.  
5433/90 - 1ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Adão Lucindo da Silva e Outros contra a Superintendência Estadual de Esportes) X Adão Lucindo da Silva e Outros (2 vols).  
5473/90 - 2ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Orlando Fernandes Moreira contra Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário-FUMDEC) X Orlando Fernandes Moreira.  
5568/90 - 5ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Solan Paçanha Wanderley contra o Estado de Goiás) X Solan Paçanha Wanderley.  
5586/90 - 1ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Anália Ramos Sasse contra a Superintendência Estadual de Esportes) X Anália Ramos Sasse.  
5590/90 - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-INAMPS X Armênia de Lima e Outros.  
5591/90 - 3ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Luciana Lobo de Carvalho Menezes contra a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário-FUMDEC) X Luciana Lobo de Carvalho Menezes.  
5592/90 - Estado de Goiás X Alonso Henrique Dias.  
5666/90 - Estado de Goiás X Elison Barcelos dos Santos.  
5667/90 - Estado de Goiás X José Raimundo Silva.  
5668/90 - Estado de Goiás X Arlindo Aparecido Barcelos.  
5669/90 - Estado de Goiás X Antonio Jose da Silva.  
5678/90 - Juízo de Direito da Comarca de Itapaci-GO (Na ação movida por Osmar Lannes de Carvalho Mozot contra o Município de Itapaci) X Osmar Lannes de Carvalho Mozot.  
5765/90 - 1ª Olésio Vieira Leite 2ª) Estado de Goiás-ASSEBILIA LEGISLATIVA X Os Mesmos.  
5826/90 - Universidade Federal de Goiás X Imidio Alves Vilela.  
5827/90 - Estado de Goiás X Benedito Paraguassú Jaime Neto.

RECURSO ORDINÁRIO

- TRT/RO/5828/90 - 1ª Inácio de Loliola da Mota e Silva 2ª) Instituto Nacional do Seguro Social-INSS X Os Mesmos.  
5830/90 - 1ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por José Renato Rezende contra a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário-FUMDEC) X José Renato Rezende.  
5835/90 - Companhia de Urbanização de Goiânia-COMURG X Edmar Arantes de Paiva.  
5838/90 - 4ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Miguel Rodrigues Neves contra o Município de Goiânia) X Miguel Rodrigues Neves.  
5844/90 - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-IAPAS (2 vols) X Luzilene Nôlto de Souza e Outros.  
5854/90 - Departamento Municipal de Estradas de Rodagem-DMER X Cairo Luiz da Cunha.

Brasília, 21 de janeiro de 1991.

PAULO ROBERTO PEREIRA  
Procurador Regional - Substituto

SORTEIO Nº 004/91

SEÇÃO PROCESSUAL

LOTE Nº 01 COM 21 PROCESSOS

AO PROCURADOR DRª JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

RECURSO ORDINÁRIO

- TRT/RO/5471/90 - Associação dos Servidores da Universidade Federal de Goiás-ASUFEGO X Universidade Federal de Goiás.  
5472/90 - Ruth Alves de Souza X Hebraica Confecções Ltda.  
5474/90 - 1ª Agrobanco-Banco Comercial S/A 2ª) Moacir Lourenço Carneiro X Os Mesmos.  
5476/90 - 1ª Jose Alves S/A - Importação e Exportação 2ª) Eli de Oliveira Lima (Recurso Adesivo) X Os Mesmos.  
5477/90 - 1ª Banco de Cobranças Ltda 2ª) Adevaír Fortunato Feixoto (Recurso Adesivo) X Os Mesmos.  
5596/90 - Remilson Caldeira de Souza X NB - Comercio, Distribuição e Representações Ltda.  
5597/90 - Prólogo S/A - Produtos Eletrônicos X José Wilson Araujo do Nascimento e Outros.  
5598/90 - Fundação Hospitalar do Distrito Federal X Maria Madalena e Outras.  
5599/90 - Miriam Nobrega Rodrigues Pereira X Fundação Hospitalar do Distrito Federal (2 vols).  
5600/90 - Anair Alves Marques e Outros X Fundação Educacional do Distrito Federal (2 vols).  
5601/90 - Jorge José Saldanha X Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.  
5602/90 - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-INAMPS X Euzelina Ferreira Alves e Outros.  
5606/90 - Tadayoshi Hiram X Síntese Projeto Construção Planejamento de Venda Ltda.  
5607/90 - 2ª JCC de Cuiabá-MT (Na ação movida por Kátia Morosov Alonso contra o Estado de Mato Grosso) X Kátia Morosov Alonso.  
5608/90 - Joilson José de Figueiredo X União de Postos Ltda  
5609/90 - Luiz Carlos Guimarães Antunes X Banco Bradesco S/A.  
5610/90 - Sebastião Pedro Amaro e Outros X Caixa Econômica Federal-CEF (6 vols).  
5611/90 - Mineração Taboca S/A X Sergio Antonio Corrêa.  
5612/90 - Apex-Engenharia Comercio e Indústria Ltda X Valdiné Santana Evangelista.

INCIDENTE DE FALSIDADE

- TRT/IF/001/89 - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás-Codeg X Dirwalina de Araújo.

DISSÍDIO COLETIVO

- TRT/DC/118/90 - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Distrito Federal X Rádio Atividade FM Ltda e Outros (+23) (2 vols).  
Apensado ao DG/120/90.

LOTE Nº 03 COM 20 PROCESSOS

A PROCURADOR DRª LUCINEA ALVES OCAMPOS

RECURSO ORDINÁRIO

- TRT/RO/4482/90 - 1ª Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás-DER-GO 2ª) Ana Crisóstomo de Souza (Recurso Adesivo) X Os Mesmos.  
5434/90 - SEG - Serviços Especiais de Guarda S/A X Joaquim Soares dos Santos (2 vols).  
5468/90 - 1ª Ana Maria Villalba Faria 2ª) Banco de Crédito Nacional S/A X Os Mesmos (2 vols).  
5469/90 - 3ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Brasília no Pires do Prado contra o Município de Aparecida de Goiânia) X Brasiliano Pires do Prado.  
5470/90 - Emanuel Francisco Araújo X Coplastico Comercio de Plasticos Ltda.  
5553/90 - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater X Vicente Anacleto Barbosa.  
5555/90 - 2ª JCC de Brasília-DF (Na ação movida por Dulcimar Magela Franco e Outros contra o Distrito Federal) X Dulcimar Magela Franco e Outros (2 vols).  
5556/90 - 1ª Fatima Ferreira dos Santos 2ª) Unidas-DF Veículos e Serviços Ltda X Os Mesmos.  
5557/90 - Fundação Hospitalar do Distrito Federal X Ilza Gomes Chianelli.  
5558/90 - Glenicer Ramos Vieira e Outros X União Federal.  
5559/90 - Maurize Martinelli Pereira X União Federal.  
5560/90 - Confederação Brasília - Comercio e Indústria Ltda X Joaquim Atanásio Barbosa.  
5561/90 - ISS - Servisystem Comercio Indústria Ltda X Espoílio de Valdete Carvalho de Queiroz.  
5562/90 - 1ª Rita Mara Fernandes Silveira 2ª) Escola Interatil Quem Quer Ltda X Os Mesmos.



- 5563/90 - Francisca da Silva Pereira X Fundação Universidade de Brasília-FUB.  
 5564/90 - Gloria Rejania Tavares Felício X Fundação Universidade de Brasília-FUB.  
 5565/90 - Ricardo Motta Coelho X Fundação Universidade de Brasília-FUB.  
 5566/90 - Marlene Vieira de Sousa Gomes X Fundação Universidade de Brasília-FUB.  
 5576/90 - Fundação Zoológica do Distrito Federal X Ruy dos Alves de Oliveira e Outros.  
 5595/90 - 1ª) Damião Aires de Oliveira 2ª) Brasfort Empre-  
 sa de Segurança Ltda (Recurso Adesivo) X Os Mes-  
 mos.

Brasília, 28 de janeiro de 1991.

PAULO ROBERTO PEREIRA  
 Procurador Regional - Substituto

PAPELETA EXTRAORDINÁRIA CONTENDO 34 PROCESSOS

AO PROCURADOR DR. PAULO ROBERTO PEREIRA

#### RECURSO ORDINÁRIO

- TRE/RO/2549/89 - Município de Quirinópolis-GO X Sônia Elizabeth Be-  
 tista Silva.  
 2839/89 - Superintendência de Turismo de Goiás-GOIASTUR X  
 Divino Antonio de Oliveira.  
 2840/89 - Superintendência de Turismo de Goiás-GOIASTUR X  
 Vilmar Alves de Araújo.  
 2841/89 - Superintendência de Turismo de Goiás-GOIASTUR X  
 Valdivino Gonçalves da Silva.  
 2842/89 - Superintendência de Turismo de Goiás-GOIASTUR X  
 Mauro de Moura Teles.  
 2843/89 - Superintendência de Turismo de Goiás - Goiastrur X  
 Roque da Silva Leão.  
 2844/89 - Superintendência de Turismo de Goiás - GOIASTUR X  
 Valto Pereira dos Santos.  
 2846/89 - Superintendência de Turismo de Goiás-GOIASTUR X  
 Ary Rodrigues dos Santos.  
 2983/89 - Superintendência de Turismo de Goiás - GOIASTUR X  
 Odair de Souza.  
 2989/89 - Superintendência de Turismo de Goiás-GOIASTUR X  
 Donizete Mendes.  
 2990/89 - Superintendência de Turismo de Goiás-GOIASTUR X  
 Jackson Ferreira de Melo Junior.  
 3098/89 - Município de Quirinópolis-GO X Wilmondes Basilio.  
 3099/89 - Município de Quirinópolis-GO X Gleibe Marques da  
 Silva.  
 3100/89 - Município de Quirinópolis-GO X Celeste da Concei-  
 ção Nogueira Tiago.  
 3101/89 - Município de Quirinópolis-GO X João Teodoro Mar-  
 gal.  
 3102/89 - Município de Quirinópolis-GO X José Antonio Viei-  
 ra.  
 3274/89 - Instituto Nacional de Previdência Social-INPS X  
 José Leite da Silva.  
 3277/89 - Organização de Saúde do Estado de Goiás-OSEGO X  
 Joaquim Maria de Oliveira e Outros.  
 3278/89 - 3ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Maria  
 Angélica Lobo Silva Valadares e Outros contra a  
 União Federal) X Maria Angélica Lobo Silva Vala-  
 dares e Outros.  
 3279/89 - Banco Meridional do Brasil S/A X Sindicato dos  
 Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Es-  
 tados de Goiás e Tocantins.

#### RECURSO ORDINÁRIO

- TRE/RO/3422/89 - 1ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Delsuite  
 Pereira de Oliveira contra a Superintendência de  
 Turismo de Goiás-GOIASTUR) X Delsuite Pereira de  
 Oliveira.  
 3428/89 - 1ª) Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de  
 Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de  
 Goiás 2ª) Companhia de Pesquisa de Recurso Mi-  
 nerais-CPRM X Os Mesmos.  
 3484/89 - Município de Quirinópolis-GO X Dinair Ferreira de  
 Moraes e Outros.  
 3531/89 - União Federal X Marta Sueli Emidio dos Santos e  
 Outros.  
 3544/89 - Valdomiro Gomes de Oliveira X Loteria do Estado  
 de Goiás-LEG.

- 3605/89 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Ban-  
 cários dos Estados de Goiás e Tocantins X Banco  
 Mercantil de Pernambuco S/A.  
 3703/89 - 1ª) Arlete Helena Simões e Silva e Outros 2ª) Ins-  
 tituto de Administração Financeira de Previdência  
 e Assistência Social-IAFAS (5 vols) X Os Mesmos.  
 3707/89 - Organização de Saúde do Estado de Goiás-OSEGO e  
 Estado de Goiás X Dary Ferreira da Silva e Outros.  
 3710/89 - 4ª JCC de Goiânia-GO (Na ação movida por Mécia  
 de Fátima Ferreira contra a Junta Comercial do  
 Estado de Goiás-Juceg) X Mécia de Fátima Ferrei-  
 ra.  
 3885/89 - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar  
 X Congregação das Franciscanas da Ação Pastoral -  
 Colégio Santa Clara.  
 3887/89 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Ban-  
 cários dos Estados de Goiás e Tocantins X Banco  
 Sudamerins Brasil S/A.  
 3888/89 - 1ª) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos  
 Bancários dos Estados de Goiás e Tocantins  
 2ª) Banco Agrinisa S/A (Recurso Adesivo) X Os Mes-  
 mos.  
 3889/89 - Sindicato dos Auxiliares de Administração Esco-  
 lar X União Brasileira de Educação e Ensino-Colé-  
 gio Marista.  
 3890/89 - Centrais Elétricas de Goiás S/A - CELG X Sindica-  
 to dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no  
 Estado de Goiás (4 vols).

Brasília, 17 de dezembro de 1990.

LELIO BENTES CORRÊA  
 Procurador Regional

## Editais e Avisos

### Superior Tribunal Militar

#### EDITAL DE CITAÇÃO (Com prazo de 20 dias)

O Doutor ALFONSO MARTINEZ GALIANO, Juiz Auditor da Auditoria  
 da 8ª C.J.M., na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que, o presente Edital de Citação com prazo de  
 20 (vinte) dias, em conformidade com o artigo 277, inciso V, do Código  
 de Processo Penal Militar, virem ou dele tiverem conhecimento, que deve-  
 rá comparecer sob as penas da Lei, à Auditoria da Oitava Circunscrição  
 Judiciária Militar, sito à Avenida Governador José Malcher, nº 611 - Na-  
 zaré, nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, no dia 30 do  
 mês de março do ano em curso, às 13:30 horas, perante o Conselho Perma-  
 nente de Justiça da Marinha, para os atos de qualificação e interroga-  
 tório, WALFLYDYS DAMASCENO RODRIGUES ou WALFLIDES RODRIGUES ou WALFRI-  
 DES RODRIGUES, brasileiro, natural de Abaetetuba/PA, solteiro, filho  
 de Maria Damasceno Rodrigues, nascido em 10.08.1960, Soldado Fuzileiro  
 Naval, por ter sido recebida denúncia contra o mesmo, oferecida pela re-  
 presentante do Ministério Público Militar, junto a este Juízo, tendo-o  
 como incurso no artigo 312 do Código Penal Militar e por se encontrar  
 o aludido Acusado, atualmente, em lugar incerto e não sabido. DADO E  
 PASSADO nesta Auditoria da Oitava Circunscrição Judiciária Militar, aos  
 quatro dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e  
 um. Eu, Dra. IRANILCE DIAS BASTOS, Diretora de Secretaria, que mandei  
 datilografar e subscrevo. (ass) Dr. ALFONSO MARTINEZ GALIANO, Juiz Audi-  
 tor.

(Of. nº 92/91)

(DIAS: 08, 13 e 14/02/91)

## Complete sua coleção

Adquira volumes avulsos das revistas editadas pela Imprensa Nacional

- |  |             |
|--|-------------|
| • Coleção das Leis da República Federativa do Brasil | 1950 a 1989 |
| • Ementário de Jurisprudência do TFR                 | 1979 a 1988 |
| • Jurisprudência Trabalhista do TST                  | 1981 a 1989 |
| • Revista do Tribunal Federal de Recursos            | 1974 a 1989 |
| • Revista Trimestral de Jurisprudência do STF        | 1957 a 1989 |